

Governo prioriza liberação de verbas

Dívida Pública

BRASÍLIA — O Governo estabeleceu uma lista de prioridades para a liberação de recursos do Tesouro Nacional: a cobertura dos encargos da dívida pública interna, o pagamento dos salários do funcionalismo e as aplicações vinculadas a programas e áreas sociais. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) está operando a partir desses parâmetros diante da ausência de uma lei orçamentária em vigor para este ano. A manutenção do bloqueio na emissão de ordens bancárias para utilização de recursos da União pelas diversas unidades do Governo configura, na altura da segunda quinzena do mês, uma virtual paralisação da máquina burocrática oficial.

A Secretaria do Tesouro está se limitando a autorizar a liberação de recursos referentes ainda ao orçamento do ano passado. Na semana anterior foi autorizado o desembolso

de cerca de CZ\$ 400 bilhões para a transferência de recursos obrigatórios a Estados e Municípios, previstos constitucionalmente. O pagamento aos fornecedores de unidades e órgãos do Governo não figura na lista de prioridades da Secretaria.

O recurso ao adiamento de despesas, entretanto, na avaliação de fontes credenciadas do Ministério da Fazenda, é limitado. A expectativa é de que seja possível definir rapidamente os novos cortes nas despesas projetadas originalmente para este ano pelo Ministério do Planejamento, para viabilizar a aplicação da regra de limitar os gastos do Governo à sua arrecadação. A alternativa de recorrer a um decreto presidencial para destacar uma faixa de contenção de despesas dentro do Orçamento foi considerada descartada pelas fontes consultadas ontem.